

## SÍNTESE DE RESULTADOS

<b>ENTIDADE/PROCESSO</b>	<b>AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL / AUDITORIA ÀS CONCESSÕES NO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO</b>
<b>AUDITORIA REF.ª</b>	<b>AI04/2021</b>
<b>O QUE AUDITÁMOS</b>	O sistema e os procedimentos de controlo interno instituídos na atribuição e na gestão de títulos de utilização de recursos hídricos, bem como, a regularidade e a legalidade associadas ao processo.
<b>O QUE CONCLUÍMOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão centralizada da receita;</li> <li>• Fragilidades na organização interna e funcional ao nível da articulação entre estruturas;</li> <li>• Necessidade de clarificação na aplicação dos atos da tabela de serviços prestados;</li> <li>• Ausência de segregação das funções de processamento e cobrança das receitas em capitánias dos portos de média ou reduzida dimensão;</li> <li>• Atribuição das licenças dos apoios de praia não precedida de procedimento concursal;</li> <li>• Emissão de títulos de utilização dos recursos hídricos, sem o necessário parecer prévio da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;</li> <li>• Ausência de evidência do registo e caracterização das utilizações de recursos hídricos licenciadas pela AMN no Sistema Nacional de Informação de Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, ou da sua comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;</li> <li>• Cobrança inadequada de taxas previstas na tabela de serviços prestados;</li> <li>• Contabilização intempestiva, no Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional, das faturas emitidas.</li> </ul>
<b>O QUE RECOMENDAMOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar, em articulação com a Tutela, a clarificação e a consolidação do enquadramento e das estruturas da Autoridade Marítima Nacional no ordenamento jurídico nacional;</li> <li>• Formalizar normativos clarificadores da aplicação dos atos da tabela de serviços prestados e reforçar as ações de esclarecimento e formação do pessoal que presta serviço nas repartições marítimas;</li> <li>• Garantir, na medida dos recursos disponíveis, a reorganização interna de trabalhos para assegurar a segregação das funções no processamento e cobrança da receita;</li> <li>• Assegurar o reflexo tempestivo da receita nas demonstrações financeiras.</li> </ul>